

DESENVOLVIMENTO REGIONAL & ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS - I

Nilson Pimentel (*)

25/08/2017

Nessa reta final de propaganda política eleitoral na TV, o candidato Amazonino tem me surpreendido com a mensagem que está se preocupando com o futuro, onde tem tratado sobre a formação e capacitação dos recursos humanos, mão de obra de jovens que adentram no mercado de trabalho, para enfrentar um futuro de grandes e constantes mudanças, assim como, vislumbra possibilidades de se construir um planejamento estratégico que abranja programas para o desenvolvimento econômico do Amazonas.

Alguns leitores têm dito a mim que esse candidato tem lido meus artigos sobre as estratégias para desenvolver o estado do Amazonas. Entretanto, respondo que esses políticos têm o dever e o comprometimento com o futuro de nosso Amazonas, pois o maior legado que eles podem deixar ao eleitorado amazonense é o desenvolvimento econômico da região, que traga melhoria na vida de cada cidadão que aqui vive. O projeto Zona Franca (ZFM) e seu Polo Industrial de Manaus (PIM) já estão aí e, não foram eles que criaram e nem implementaram.

Entretanto, em alguns círculos sociais se tem escutado o que está por traz desse mandato complementar dessa eleição, são facções se digladiando para assumir o executivo estadual tendo em vista seus planos políticos para estender por mais 30 anos de poder no comando do Amazonas.

Para alguns seguimentos da sociedade amazonense, o pernicioso “modelo” de gestão implementada por esse grupo político que domina a política no Amazonas, sem que deem ‘oportunidade’ para o surgimento ou renovação de seus quadros, sem aqui considerar os ditos partidos políticos que são todos “farinha do mesmo saco”, que trataram o Amazonas nesses últimos 35/40 anos com menor importância que seus próprios objetivos, tanto que todos conhecem o acontecido, de um lado eles e seus status sociais alcançados e, de outro lado, o abandono que foi regelado o desenvolvimento econômico regional amazonense, se tendo nos municípios a estagnação econômica, a pobreza e o aumento da desigualdade socioeconômica.

Para nós, o povo, como discutem os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA) o que mais interessa nos pleitos políticos que os candidatos ao executivo estadual ou federal apresentam e tratam de seus planos de governo é a dimensão econômica com seus fatores determinantes do desenvolvimento econômico com efeitos que deslocam outras dimensões da função de governo.

Assim, é comum aceitar que o desenvolvimento deva ter efeitos resultantes que melhore a vida das pessoas na sociedade, trazendo o crescimento econômico dos capitais, humano, social, empresarial e natural.

É lógico que o governo do Amazonas, quem quer seja jamais poderá se descuidar das questões que envolvam o Polo Industrial de Manaus (PIM), mas deverá ter o comprometimento com o desenvolvimento regional, haja vista escapar da total dependência econômica das atividades dinâmicas do PIM, estabelecendo políticas públicas específicas que ampare os programas e projetos de desenvolvimento econômico regional de caráter endógeno.

Dentro dessa perspectiva, relembrem os profissionais do CEA, o estado do Pará já partira com modelagem própria de seu desenvolvimento econômico endógeno, inclusive no aproveitamento do fator mineral que lhe permite significativo *competitive economic arrangement* nesse seguimento.

Por outro lado, os programas que aproveitam fatores do setor agrícola, são muito significativos, tanto na absorção de mão de obra, quanto na criação de valor naquelas matérias primas que não eram beneficiadas no próprio estado, estando atualmente, até exportando produtos para mercado externo.

Os economistas ressaltam que o Pará, ao contrário do Amazonas, possui um contingente demográfico maior que o amazonense, pois possui 144 municípios, sendo que, um com mais de 500 mil habitantes, dois com mais de 300 mil, três com mais de 150 mil e nove com mais de 100 mil, exceto Belém e, como sustentam as discussões do pessoal do CEA, essa configuração demográfica facilita a implementação de programas e projetos de desenvolvimento econômico regional de base endógena, como estão sendo realizados naquele estado, com significativo resultante econômica positivo.

Portanto, o desenvolvimento endógeno é feito com base dos recursos regionais locais maximizando a utilização das matérias primas e serviços locais, destacando-se como fortes geradores de emprego em relação aos investimentos realizados.

Como destaque, se apresentam as questões de diversas áreas da biotecnologia, como a biocosmética, a bioterápicos (fitoterápicos e fito cosméticos) e a bioeconomia em geral. Vejam o exemplo do fazer com dendê.

Como demonstrativo para os economistas do CEA, foi o programa de Parques Industriais Municipais que se iniciaram na ex-SEPLAN, abandonados pelo fatídico governo Melo, que já são implementados em diversos outros estados do Brasil com relativos resultados positivos.

Dentro dessa modelagem vale ressaltar que a promoção do desenvolvimento econômico endógeno pode criar uma nova dinâmica de desenvolvimento regional, com criação de emprego e renda, mesmo em períodos em que o resto do Brasil esteja mergulhado na estagnação do desenvolvimento econômico.

Dessa forma, se pode promover o empreendedorismo, viabilizar as incubadoras de empresas de trato endógeno, articular os arranjos sócio produtivos mais adequados a cada espaço territorial regional, implementar as possibilidades concretas da capacitação de recursos e capital humano local, com desenvolvimento de gestão gerencial e tecnológico inovativo, bem como, concretizar e desenvolver os arranjos produtivos locais, dentro e como metodologia e desenvolvendo procedimentos como o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável.

Como aqueles profissionais defendem essa forma de se planejar estrategicamente o desenvolvimento, sem dependência exclusivamente externa, podendo ser construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades econômicas regionais locais, como a força de trabalho, os conhecimentos e modelos locais tradicionais que admitem articular a ampliação da produção e consumo regional local.

E, com vem sendo implementado no estado do Pará, não há uma forma que signifique romper relações externas que evite o desaparecimento de elementos socioeconômico culturais vinculados ao lugar.

É uma forma de integrar as identidades culturais e demais fatores produtivos aos processos globais.

Tal comprometimento desse desenvolvimento econômico endógeno não traz a prática de ausência de elementos e fatores externos, mas a simples regionalização local do desenvolvimento.

O que recomendam os especialistas do CEA ao futuro governante, além desse comprometimento com o futuro do Amazonas, mude esse modelo mental do atraso que vem acompanhando esse grupo político dominante, a estrutura orgânica administrativa do Estado deve ser reestruturada, na qual os novos gestores públicos (secretários) sejam competentes e eficazes na busca de resultados positivos, ao contrário do que foram esses anteriores.

Assim como, outros profissionais existem no mercado que bem podem desempenhar as novas funções que se quer implementar nessa modelagem de governança pública no Amazonas.

**(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário:
nilsonpimentel@uol.com.br.**